

**MENSAGEIROS DA “VERDADE” NO “TERRITÓRIO DAS PALAVARAS”:  
ARTICULAÇÕES DE INTELLECTUAIS RECIFENSES EM DEDESA DO  
SILENCIAMENTO DAS ESCOLAS DE SAMBA NOS JORNAIS (1950-1960)**

Samuel Ferreira de Santana  
Mestrando em História – UFPE  
[samuel\\_santana1@hotmail.com](mailto:samuel_santana1@hotmail.com)

**RESUMO:** A capital pernambucana, que é vista como um "território de disputas" pelo historiador Augusto Neves da Silva, se torna palco entre os anos de 1950 e 1960 de uma “batalha” que transpassa a luta por ocupar determinados espaços da cidade durante os festejos carnavalescos, chegando a levantar discussões que colocavam em questão as memórias de uma tradição carnavalesca na cidade. Como partes da elite pernambucana, os intelectuais: Gilberto Freyre e Mário Melo, ganham destaque por suas incessantes publicações nos jornais da época, acusando as escolas de samba de descaracterizarem a folia e de colocarem o carnaval pernambucano como uma ‘imitação’ do carioca. Dito isto, a presente proposta visa analisar o perfil desses mediadores culturais, não para julgá-los como certos ou errados, até porque, tais questionamentos não convêm ao historiador, mas, para entender as razões que os levaram a defender de forma tão veemente o que definiam como o “verdadeiro” carnaval pernambucano. O que estava em jogo para que o samba fosse condenado? Suas publicações nos jornais, ou melhor, seu passos pelo “território das palavras”, entram como uma das possibilidades para o desenvolvimento da questão colocada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escolas de samba; Intelectuais; Carnaval em Recife

### **Introdução**

Durante a década de 1930 a produção cultural das escolas de samba passa a fazer parte dos dias momescos na capital pernambucana.<sup>1</sup> Sua presença em terreno do que se queria construir enquanto “terra do frevo, maracatu e caboclinho”, enfrentou certa invisibilidade.

---

<sup>1</sup> Sobre a história das escolas de samba no Recife ver: SILVA, Augusto Neves da. “*E o Recife sambou.*” em “*Quem gosta de samba bom pernambucano não é? (1955-1972).*” p.152. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE. 2011.

Ao pontuar sobre o silêncio<sup>2</sup> que a história das escolas de samba e sambistas enfrentou, refiro-me à falta de estudos sobre tais manifestações populares. O silenciamento de alguns processos históricos nos indicam intensões de quem afeta, causando retaliações de quem é afetado; pois, como nos sugeriu o historiador Marc Ferro “de fato a sociedade frequentemente impõe silêncios à história; e esses silêncios são tão história quanto a história.” (1989. p. 56)

Ao debruçar nos poucos trabalhos que abordam o tema, nota-se o intuito dos autores em guiar as escolas de samba ao “lugar comum” de prática externa que se desviava das práticas culturais locais.<sup>3</sup> Em uma análise crítica e pioneira o historiador Augusto Neves da Silva nos aponta que a classe de intelectuais da região não queria nenhuma espécie de vinculação ou propagação de que na “Veneza Brasileira” havia samba. De forma alguma, seria interessante para um Estado que se pautava em um regionalismo<sup>4</sup> tão acentuado, tendo seus festejos carnavalescos centralizados nos clubes de frevo, o conhecimento dos grandes públicos que havia escolas de samba no Recife.

Diversos membros da intelectualidade<sup>5</sup> local, também conhecidos pelo termo: mediadores culturais<sup>6</sup>, buscaram por meio do “território das palavras” verbalizar nos mais variados

---

<sup>2</sup> Sobre o silêncio histórico enfrentado pelas escolas de samba no Recife ver: SILVA, Augusto Neves da. “*Debate historiográfico sobre as escolas de samba em Recife (1955-1970)*.” Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Recife: UFPE, 2009.

<sup>3</sup> Alguns dos escritos que imprimem bem essa visão cristalizada do carnaval: SILVA, Leonardo Dantas. *Carnaval do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2000; SILVA, Leonardo Dantas. (Introdução). *Antologia do Carnaval em Recife*. Mario Souto Maior e Leonardo Dantas Silva (Org.). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991; REAL, Katarina. *O folclore no Carnaval do Recife*. 2. ed. rev e aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

<sup>4</sup> “O regionalismo é muito mais do que uma ideologia de uma classe dominante de uma dada região. Ela se apoia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos.” ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras Artes*. 4. Ed. ver. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 01.

<sup>5</sup> Os intelectuais integrantes desse momento histórico são sujeitos que ocupavam cargos em instituições públicas importantes, produzem seus escritos, publicam em jornais famosos da época, construindo memórias, crônicas e histórias sobre a cidade do Recife, e até mesmo sobre o próprio estado de Pernambuco. Pontuo que a parcela de intelectuais não se estabelece como homogênea, nem pode ser estudado como um “grupo” coeso.

<sup>6</sup> Os mediadores culturais foram assim definidos por Michel Vovelle: “posso logo afirmar que é em termos dinâmicos que entendo o intermediário cultural, como seu próprio nome sugere, transitando entre dois mundos”. A imagem do mediador cultural assume diversas feições. Presente entre o universo dos dominantes e dominados adquire uma posição excepcional, privilegiada e ambígua. (VOUELLE, Michel. Os

jornais da época suas ferrenhas críticas a qualquer tipo de integração das escolas de samba a toda programação cultural carnavalesca tradicional, direcionando seus leitores a deslegitimar tais práticas, vinculando as mesmas ao Rio de Janeiro, e que por conseguinte, não deveriam existir em Pernambuco. Dessa forma, nesse período foi-se criando uma espécie de campo de debates nos jornais, uma zona repleta de “verdades” absolutas que eram validadas pelos pares do grupo. Nomes como: Alberto Campelo, José do Patrocínio, Valdemar de Oliveira, Aníbal Fernandes, Mário Melo e Gilberto Freyre aparece com tamanha frequência nas páginas dos jornais, porém, visando enxugar nossos alvos de análise, tendo em vista o alvo\ tempo que transpassam o presente escrito, proponho estabelecer um foco especial nas figuras de Gilberto Freyre e Mário Melo.

O conhecido sociólogo Gilberto Freyre carrega até hoje uma quantidade significativa de obras sobre os mais variados temas. Como integrante de grande força, Freyre acabou utilizando os jornais para expor e apregoar sua “verdade” durante o período de oficialização dos dias do momo pela Prefeitura Municipal, participando ativamente desse jogo de poderes. Como veremos mais adiante, suas primeiras publicações acabam desestabilizando o grupo de intelectuais que pelo contrario do que muitos pensam, se constituía de forma heterogênea. Seu primo, o jornalista Mário Melo, adentra nesse meio como um influenciador na sociedade. Dentre tantos assuntos que escrevia, o carnaval se destaca: “[...] o papel do jornalista é esclarecer o povo a responsabilidade do inevitável futuro do carnaval recifense [...] mesmo velho, ainda tenho força de gritar e converter minha terra” (FOLHA DA MANHÃ 15/01/1956, p.4). Vale pontuar que os escritos publicados por ambos intelectuais não ficaram apenas no campo do debate, mas geraram conflitos e tensões na cidade. Tanto que mesmo já estando em vigor uma Lei que oficializava o carnaval no Recife<sup>7</sup>, foi criada em paralelo um Decreto-Lei<sup>8</sup> visando atender as reivindicações dos intelectuais.

---

Intermediários Culturais, In: Ideologias e Mentalidades. Tradução de Maria Julia Cottvasser. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, PP. 207-239, 1991).

<sup>7</sup> A Lei 3.346 de 07 de junho de 1955, sancionada pelo prefeito Djair Brindeiro, teve por objetivo determinar que a partir de 1956 a Prefeitura do Recife iria entregar um valor anual às agremiações

O processo de análise eleito perpassa pela leitura e interpretação das matérias de jornais em concomitância com as leis e decretos-leis municipais, dentro do recorte proposto. Por meio dos jornais analisados até o momento, pude traçar noções de verdade que se queria passar, bem como o apagamento de aspectos outros que para determinado grupo convinha silenciar. Tenho consciência das problemáticas presentes na documentação e seu processo de análise, principalmente porque a ‘verdade’ e a ‘evidência do real’ parecem dadas, surgindo assim como uma espécie de armadilha dos sentidos, e no trabalho com jornais não poderia ser diferente, pois nestes “[...] os acontecimentos são diariamente costurados, descosturados, e formam diversos nós, em que o suceder temporal é apresentado ou representado como evidência real”. Gostaria de reiterar que entendo que as fontes não representam o passado, mas vestígios dele, tendo a documentação marcas e sentidos daqueles que a produziram, que as colocaram de certo modo em destaque. Volto a reafirmar que, as investigações propostas nesse escrito procuram considerar procedimentos multiformes que transbordem em uma pluralidade de práticas culturais e de sentidos, pois como afirmou Michel de Certeau: ‘o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*.’ (CERTEAU, 1994, p. 38)

### **Quem gosta de samba bom pernambucano não é?**

Pegando de empréstimo uma afirmativa expressa pelo jornalista e intelectual Mário Melo, que também, foi muito bem utilizada como título\questionamento que moldura e norteia a dissertação do historiador Augusto Neves da Silva, inicio esta discussão perguntando: Por que quem gosta de samba bom pernambucano não é? Por que o simples fato de praticar a expressão cultural do samba em terras pernambucanas estava diretamente ligado a uma negação de suas “origens”? O festejo carnavalesco no ano de 1955 passou pelo processo de oficialização com o advento da Lei Municipal Nº 3.346/55, a partir daí o samba foi inserido

---

participantes do festejo, como também custear a decoração das ruas para o carnaval da cidade. Essa lei encontra se disponível no site: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>. Acesso em 8 de junho 2019.

<sup>8</sup> O Decreto-Lei Nº. 1.351 de 23 de janeiro de 1956. Por meio deste último, as agremiações das escolas de samba continuariam a contar com a verba dos cofres públicos, mas a partir da data respeitando uma

no conjunto de práticas culturais pernambucanas, por meio das agremiações de escolas de samba. Entretanto, tal inclusão não foi vista com bons olhos por boa parte dos intelectuais. Então, o que se colocava em jogo para que grande parcela da intelectualidade local criticasse a adesão das escolas de samba no painel de “produções da casa”?

Concordo com o Augusto Neves quando ele pontua que o grande “mistério” enfrentado pelo samba e pelas escolas de samba nos festejos momescos locais, foi a vinculação dessas praticas como oriundas do Rio de Janeiro. Segundo o argumento dos intelectuais, a presença de tais práticas “estrangeiras” iria acabar por corroer aos poucos a ‘singularidade’ e autenticidade do carnaval local, transformando os dias gordos pernambucano em uma cópia da folia na “cidade maravilhosa”. Intelectuais como Mário Melo, acreditavam e afirmavam que cada carnaval deveria guardar sua particularidade. Dessa forma, cada localidade deveria buscar preservar suas especificidades. Portanto, Pernambuco seria o lugar para os clubes de frevo, maracatu e caboclinho: [...] “preservando seu folclore: maracatus centenários, clubes de frevos cinquentenários, caboclinhos cinquentenários e não infiltrações perniciosas (exóticas escolas de samba) excrecências do samba.” (MELO, Mario. Folha da Manhã. 12/01/1956. APEJE)

Conforme ganhamos familiaridade com o “território das palavras” traçados pelo grupo de intelectuais, vamos compreendendo que estava em disputa a invenção<sup>9</sup> de um projeto de carnaval para a cidade, solidado em um discurso – que negava o samba e afirmava o frevo como “ritmo local”<sup>10</sup> É importante pontuar que, durante o recorte estudado, para além da

---

classificação na qual as escolas de samba figurariam na última posição. Retornarei à questão mais a frente. Decreto-Lei disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br>. Acesso em 8 junho 2019.

<sup>9</sup> "Inventar [...] não é fraudar, mentir, fazer surgir do nada, mas é inseparável da atividade de significação das coisas, dos seres, das formas, de tudo aquilo que nomeamos. Nomear, ato fundante do mundo humano, é já conceituar.", visto que quando – sejam as pessoas que representavam o poder público, sejam os intelectuais – se nomeavam uma atividade como integrante do que era entendido como o carnaval do Recife, quem assim fazia a inventava como tal, "pois estava, nesse ato, deslocando os sentidos que essa prática poderia e, com certeza, já deveria ter para seus praticantes e a dotava de novos significados". ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Um morto vestido para um ato inaugural": procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 27

<sup>10</sup> Referente a invenção do frevo como um “ritmo da terra” ver: ARAUJO, Rita de Cassia Barbosa de. *Festas: Mascaras do Tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

tentativa de deslegitimar as escolas de samba enquanto integrantes do carnaval recifense; os intelectuais se preocupavam com a disputa pelo título de “melhor carnaval do Brasil”.

### **Em defesa das nossas tradições**

Pensarmos de que forma a concepção de tradição vigente se associava com as manifestações carnavalescas locais, é um dos pontos-chaves para ajudar a compreender e expandir o grau de complexidade que as tramas dos dias momescos elucidam. É válido ressaltar que o sentido da tradição não estava ligado apenas ao aspecto antropológico (Antropologia Cultural), como regras e costumes, mas numa visão mais conservadora, formada por aspectos que estabelecem um grau de resistência à mudança, sobretudo, impondo valores que devem ser preservados, e que na maioria das vezes nos revela a tentativa de construção de um passado.

No aprofundamento sobre a noção de tradição, observa-se alguns problemas epistemológicos que devem ser levados em consideração, antes de tudo. No que se define enquanto tradição, temos uma tentativa de permanência do passado no presente. Entre essa perspectiva vemos uma discriminação, pois tais aspectos: “tendem a construir um sistema de referências que estabelece distinções entre o que é tradicional e o que não é. Inscrever-se numa tradição significa, portanto, marcar uma diferença, sendo preciso interrogar as funções políticas das tradições.” (CAPONE, 2004, p.29)

Trabalhar com uma proposta que entende a tradição carnavalesca recifense como “pura” nos leva a reflexão à respeito de um objeto postulado, dado como natural. Entretanto, como toda história, seus entornos não são bem definidos, compostos por lacunas que fazem parte do processo histórico. No escrito: *A Invenção das Tradições* Hobsbawm e Ranger nos mostram como a tradição vai se construindo e se reconstruindo ao longo dos anos, criando uma noção de “tradições inventadas”.<sup>11</sup> Dessa forma, o texto nos permite entender que as

---

<sup>11</sup> Para Eric Hobsbawm: “Por tradições inventadas entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado.” HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. (Org.) *A invenção das Tradições*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.9, 2008.

tradições reagem a situações novas que ganham forma de referência a situações anteriores, ou chegam a estabelecer seu próprio passado por meio da repetição. (HOBSBAWM; RANGER, 2008, p.10),

Quando falamos em inventar tradições, estamos falando em meios de ligação que demonstrem certa continuidade com o passado, seja pela criação de regras ou rituais, criando como pontua Neves, uma memória que funcione como um “estoque de lembranças”. Considero importante ressaltar que nem tudo que a “tradição inventada” abarca é realmente passado; muitas de suas manifestações são recentes, mas surgem para o grande público como existente a tempos. Partindo do pressuposto de que os homens estão em constante estado de criação, inovação e recriação a fala sobre “tradições inventadas” acaba se tornando redundante: “Tradições seriam, por definição, continuamente reinventadas em função das sempre renovadas conjunturas do presente.” (SANDRONI, 2013, p.30).

O processo de Invenção da tradição momesca na capital pernambucana – como uma volta ao “passado original”-, pode ser compreendida como uma maneira de buscar uma autenticidade e singularidade para o festejo. Mais nessa linha de raciocínio, quais questões e circunstâncias levam ao restabelecimento dessa tradição? Há um vínculo nessa questão com o processo de perda da tradição, advinda com o avanço da modernidade. Tal perda se coloca como mola propulsora para estabelecer essa busca pelas “raízes”, ou seja, reconstruir um estado original.

As tradições não se estabelecem como simples “pote reserva de ideias”, mas serve como um modelo de interação social que resulta na construção das identidades, que por sua vez operacionaliza alguns elementos de diferenciação entre determinado grupo (“nós”) e “outros”. Nesse aspecto os intelectuais desempenham um papel crucial na linha de defesa de certas propostas ideológico-culturais.

A problemática de alguns estudos é justamente o foco excessivo na imagem do intelectual enquanto promulgador e participante único na construção das tradições, quando por outro lado, temos a presença de pessoas simples, integrantes das camadas mais populares, que vivenciaram, captaram e resinificaram o que se pretendia ditar como “verdadeiro carnaval

recifense”, contrariando a lógica pensada pelos mediadores culturais, que os colocava como sujeitos inertes e totalmente passivos nesse espaço de disputas. Portanto, ao sair de uma lógica unilateral percebemos que a legitimação histórica das tradições é resultado de trocas realizadas por diferentes grupos, com interesses e ideologias heterogêneas.

Concordo com Augusto Neves ao pensar o conceito de tradições no plural, fugindo da ótica única. É preciso entender que as propostas de tradição levantadas pelos intelectuais eram totalmente diferentes das tradições vividas pelos sujeitos envolvidos com as produções culturais recifenses. Reconhecer nesses indivíduos o direito de ter suas próprias tradições, ou até mesmo mesclar suas tradições com a vigente e soberana, é o primeiro passo. Utilizando da discussão levantada pela historiadora Isabel Guillen no entorno dos Maracatu-Nação, modernistas e tradições, pode-se entender que a apropriação e uso de uma tradição pelos intelectuais não significa que essa foi vivida e incorporada pelos atores sociais da mesma forma. (GUILLEN, 2003).

Sugiro analisar a tradição por uma diretriz mais ampla, não como aspecto limitador das práticas culturais ou como um dado homogêneo, mas como uma resposta ao seu tempo. Enquanto historiadores, devemos nos distanciar do viés que busca naturalizar a definição de um aspecto “tradicional”. Assim, as maneiras e situações pelas quais se evoca uma tradição devem ser levadas em consideração, pois essas podem ter os mais diversos propósitos.

Em suma, tradições estão permeadas por relações de poder, pois criam meios de autoridade que ditam verdades tornando memórias processos autênticos do presente.

### **Oficialização do Carnaval.**

Durante os anos de 1955 e 1956 o carnaval na capital pernambucana passou pelo processo de legitimação dos dias festivos. Integrantes da intelectualidade local em conjunto com os representantes do poder público municipal, discorreram sobre o destino da festa. Pontuo aqui que as escolhas realizadas não se colocam de forma aleatória e despropositada; pelo contrário, foram postas como um processo de interversão cultural e política para os dias momescos; tais aspectos ganham corpo de situações históricas importantes que indicam as possibilidades de trilha a seguir para os que se dedicam a estudar os dias de folia.

## **ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

A discussão não se norteia a partir de quem foi a primeira agremiação do samba, mas na busca de visualizar como ocorreu esse processo, as lutas em torno de, “o que se passa entre”, como coloca Gilles Deleuze. (1992, p. 151) O processo de oficialização do carnaval ocorreu no ano de 1955. A partir daí as agremiações carnavalescas receberiam um subsídio dos cofres públicos, visando auxiliar em parte dos gastos presentes, até o momento da apresentação nas ruas.

Art. 1º A Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura, organizará, patrocinará e promoverá os festejos carnavalescos do município, a partir do ano de 1956, dentro dos moldes folclóricos, preservando, sobretudo: os clubes de frevo, os maracatus, em sua forma primitiva e os clubes de caboclinho. (LEI MUNICIPAL Nº 3.346/1955)

Ao realizar a leitura da Lei Nº3.346 na íntegra, nota-se que durante o início da oficialização não havia uma distinção entre as agremiações. Desta forma, todas integrantes do grupo de atrações carnavalescas deveriam receber uma quantia que seria dividida de forma justa e igualitária.

Art. 4º Será consignada no orçamento do Município de Recife, anualmente, a partir do ano de 1956, no quadro do Departamento de Documentação e Cultura (DDC) a dotação de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) para fazer face às despesas com a organização, patrocínio e animação do carnaval do Recife, cuja importância devida deverá ser entregue ao referido Departamento, quinze (15) dias antes do início das festividades carnavalescas.

§ 1º Sessenta por cento (60%) dessa verba será distribuída às agremiações com existência legal, de acordo com a classificação prévia, sendo a primeira cota antes do carnaval e a segunda depois, se comprovada a despesa da primeira cota após a exibição do clube, reservando-se os quarenta por cento (40%) restantes para ornamentação, iluminação, divulgação, propaganda e animação das festas carnavalescas. (LEI MUNICIPAL Nº 3.346/1955)

De acordo com a lei, o DDC ficaria encarregado de auxiliar técnica e financeiramente as escolas de samba, partindo do ponto, que elas faziam parte do arsenal de entretenimento e animação do carnaval da cidade. Além disso, visando trazer outro órgão para auxiliar na organização do carnaval, a União das Escolas de Samba (UES) foi incorporada como nova entidade para colaborar.

Art. 5º A Federação Carnavalesca Pernambucana, a Associação de Cronistas Carnavalescos do Recife, a União das Escolas de Samba de Pernambuco e outras organizações carnavalescas porventura existentes, serão consideradas como

## **ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

entidades auxiliares do Departamento de Documentação e Cultura na organização do Carnaval do Município de Recife. (LEI MUNICIPAL Nº 3.346/1955)

Segundo Mário Melo, a referida lei carregava uma série de erros, o maior deles seria a inclusão da UES no panteão de entidades auxiliares da organização dos festejos carnavalescos. Sobre tal aspecto, o intelectual recorreu ao território das palavras para verbalizar sua indignação:

“Como se fosse pouco, se não bastasse a oficialização das Escolas de Samba, organizou esse conselho eleitoralmente um representante da Federação, um representante dos Cronistas, um das Escolas de Samba e três da Rua da Guia. De início, quatro votos do Conselho, um do samba e três da Rua da Guia, contra dois.” (JORNAL DO COMERCIO, 15/01/1956, p.2)

Em janeiro de 1956 a prefeitura do Recife é ocupada pelo Pelópidas Silveira, que devido a pressão da classe intelectual liderada por Mário Melo, convoca a rede de vereadores para rever a lei aprovada em 1955. Pelópidas entendia a Lei Nº 3.346/55 como um desserviço ao seguimento tradicionalista, que tentava a todo custo manter um vínculo com uma tradição inventada, como já vimos anteriormente. A convocação gerou fortes embates, já que partes dos vereadores recusaram refazer a votação, tendo em vista que, a Lei já tinha sido aprovada no ano anterior.

Diante desse campo de pressões e forças a Lei Nº 3.346/55 foi revisada, sendo sancionado em 23 de janeiro de 1956 o Decreto de Lei Nº 1.351 que continuava resguardando o auxílio financeiro as agremiações de escolas de samba. Porém, essas integrariam um sistema hierárquico e classificatório que colocava as escolas de samba na última posição. Dessa forma, receberiam apenas 5% da quantia destinada.

Procurar identificar os fios que nos levam a compreender mesmo que parcialmente o jogo de tradições carnavalescas em que os intelectuais se inseriam, seu caminhar pelo “território das palavras”, a recepção dos seus textos, bem como sua rede de apoio que lhe dava sustentação, é de suma importância. Dito isto, convoco ao leitor a apertar a cadência dos passos para captar um pouco dos debates levantados por dois intelectuais: Mário Melo e Gilberto Freyre, escolhidos pelo destaque e notoriedade que ganharam ao participar

ativamente dos debates referente a inserção ou exclusão das escolas de samba do festejo de momo recifense.

### **Gilberto Freyre e Mário Melo na trilha do “território das palavras”**

O sociólogo Gilberto Freyre integra a lista de intelectuais pernambucanos e se destaca por sua assídua participação nos debates no entorno das escolas de samba, e porque não dizer, controversa em alguns momentos. Esse último aspecto se destaca no início de sua inserção no debate. Enquanto a capital pernambucana se mantinha em polvorosa devido aos debates sobre a oficialização do carnaval pela Prefeitura Municipal, Freyre publica um pequeno artigo no *Jornal do Commercio* afirmando não ver problema algum na participação das escolas de samba nos festejos momescos recifense.

#### **O frevo em face do samba**

Deve-se expulsar o samba do carnaval do Recife para que reinem sozinhos, absolutos e puros, em Pernambuco o frevo e o maracatu? Sou dos que pensam que não: que se deve admitir o samba no carnaval do Recife. Dar-lhe o direito de ver competir com as danças e músicas da terra. Não, é claro, protegendo-o contra os valores nativos. Mas permitindo-lhe trazer a estes valores, temperos que talvez lhe estejam faltando. Não devemos descreer da vitalidade do frevo recifense: é uma vitalidade em expansão. Pode até vir a absorver o samba Por que então expulsar-se daqui o samba? Ou proibir-se que ele procure torna-se cidadão do Recife? [...]” (*JORNAL DO COMERCIO*, 19/02/1956, p. 1)

Nesse primeiro momento Freyre não se colocou contra a inserção das escolas de samba no carnaval recifense, já que na visão do intelectual a produção do samba em contato com o frevo e demais produções locais, poderiam resultar em novos “valores e temperos” para o carnaval da cidade. Entretanto, mesmo partindo em defesa das escolas de samba, acabou pontuando que tais produções são cariocas, incorporando, assim o discurso de não pernambucanidade do samba.

O sociólogo ainda teceu críticas aos seus colegas intelectuais pela forma que viam os dias gordos, como uma festa cristalizada. Partindo do pressuposto de que o carnaval era uma chuva de espontaneidade e vibração, não poderia resultar de um fenômeno único parado no tempo. E concluía: “Talvez do encontro, não fortuito, mas profundo do samba carioca com o ‘frevo’ recifense, resulte uma inesperada combinação nova, deliciosamente brasileira de dança e música. Deixemos que se verifique esse encontro.”

Após a publicação do polêmico artigo, grande parte dos intelectuais locais se colocou contra, nesse meio, seu primo, o jornalista Mário Melo . Esse captou as palavras de Freyre como uma afronta ao regionalismo. Afirmou que ficou ‘estupefato’ com tamanho impropério contra a “genuína e legítima tradição carnavalesca local”, principalmente, por ser um escrito do conhecido como ‘chefe do regionalismo nordestino’.

**Adeus, Regionalismo!**

Fiquei estupefato com o artigo do Gilberto Freyre no JORNAL DO COMMERCCIO de domingo em defesa do samba exótico no Carnaval Recifense. Estupefato, porque Gilberto Freyre goza, fora de Pernambuco, a fama de chefe do regionalismo nordestino, em defesa da qual promoveu um congresso que se reuniu nesta cidade ao tempo da República Velha. Ora defender uma música estranha, embora brasileira, em choque com outra genuinamente pernambucana, portanto regionalista da gema, equivale a enrolar o pendão do regionalismo, ou, pelo menos, a renunciar a chefia desse movimento que foi porta-bandeira.[..]

Como parte central deste debate, as escolas de samba com o passar dos anos provocavam mais atratividade no meio dos foliões. Com tamanha popularidade desfrutada durante os anos de 1950 a 1960, em termos de público eram um dos destaques do carnaval da cidade, sem contar com suas constantes aparições nas matérias dos jornais de maior circularidade, tratando sobre sua legitimação enquanto parte do carnaval da capital pernambucana.

Durantes suas trajetórias os sujeitos assumem posturas e posicionamentos diversos. Tal premissa se associa a Gilberto Freyre, pois ao passar dez anos da primeira publicação em defesa das escolas de samba o intelectual publica em 1966 no Jornal do Comercio e no Diário de Pernambuco um artigo intitulado: “Recifense, sim, sub-carioca, não!”, no qual arquitetou críticas ao crescimento e apoio recebido pelas escolas de samba na cidade.

O carnaval do Recife de 66 decorreu sob este signo terrível: perigo de morte! É que o assinalou uma descaracterização maciça, através da invasão organizada, dirigida, e, ao que parece, até oficializada, dos seus melhores redutos de pernambucanidade: a invasão das escolas de samba.[..]

[...] um carnaval do Recife em que comecem a predominar as escolas de samba ou qualquer outro exotismo dirigido, já não é um carnaval recifense ou pernambucano: é um inexpressível, postiço e até caricaturesco carnaval sub-carioca, ou sub -isso, ou sub- aquilo.[...]

[...]Se há algum calabarismo a trair o carnaval do Recife, a favor de um carnaval estranho, que seja o quanto antes dominado este calabarismo. Afinal, como se explica a repentina organização de não sei quantas escolas de samba sub-carioca na Cidade do Recife? A que plano obedece tão organização? Com que objetivo ela está se perpetuando? Eleitoralismo disfarçado?[...]

Pelas palavras do Gilberto Freyre nota-se a associação da prática cultural do samba no Recife como invasora. Por conseguinte, acabava por associar os pernambucanos envolvidos com tais práticas como o calabarismo<sup>12</sup>, ou seja um estigma de traição, nesse caso, traição das ‘legítimas tradições carnavalescas’ do Estado. A tentativa de Freyre é utilizar de seu papel enquanto intelectual, e portanto, propagador de “verdades absolutas” legitimadas por seus pares como também por sua postura perante a sociedade, para ‘despertar’ nos pernambucanos o sentimento de defesa, pois se o carnaval do ano seguinte continuasse dando destaque às escolas de samba, essa festa estaria fadada a desaparecer.

Dotado de grande influência e poder de convencimento entre os vereadores como também da sociedade que lhe escutava, Mário Melo também recorria aos jornais para alertar sobre os problemas que estavam sendo gerados com a inclusão das escolas de samba no carnaval do Recife:

[...] incentivar o samba pelo Carnaval, é trabalhar contra o frevo. É tirar o frevo do Carnaval pernambucano, é acabar de vez com o que ele tem de original e metê-lo como reboque no Carnaval carioca. [...] convém que os vereadores pernambucanos meditem nas minhas palavras e, se querem o Carnaval do Recife com sua originalidade, com suas características inimitáveis, evitem qualquer referência no projeto às <Escolas de Samba> porque equivalem a um câncer no frevo. (JORNAL DO COMMERCIO, 07/01/56)

De 1960 em diante as escolas de samba alçaram voos cada vez maiores, aumentando a cada ano seu número de espectadores. Tal popularidade e desenvolvimento continuaram sendo vista de forma negativa por Freyre, que seguindo a trilha do “território das palavras” publicou outro artigo no Diário de Pernambuco questionando não só a presença das escolas de samba, mas o dinheiro empregado por indivíduos que ele denominou como ‘ricos e influentes’. O título do artigo direcionava um questionamento que permeia sua escrita: “Estará certo?”

**Estará certo**

[..] É o que está acontecendo com o carnaval do Recife, celebre pela originalidade de seus maracatus, dos seus caboclinhos, do seu frevo: está sendo descaracterizado não só tem a justa resistência da parte dos pernambucanos,

---

<sup>12</sup> O termo Calabarismo expressa no texto por Gilberto Freyre joga as práticas culturais para o campo da lealdade ou da traição a supostos valores da terra. O “calabarismo” alude ao famoso Calabar, suposto traidor dos “brasileiros” no episódio da Insurreição Pernambucana, ocorrida no século XVII.

como com a adesão de alguns dos mais ricos, dos mais influentes, dos mais poderosos, dentre eles, ao samba invasor. Está a despernambucanizar-se. Está a acariocar-se. Grande parte do dinheiro que se destina à promoção do carnaval não está tendo outro fim entre nós senão este: trazer, a altos preços, risonhos cariocas, mestres do samba, ao Recife, para aqui procederem à despernambucanização de um dos carnavais mais originais do Brasil. Estará certo? [...]

Gilberto Freyre buscou compreender a sublevação das escolas de samba em território pernambucano como um desdobramento das campanhas realizadas por sujeitos ‘ricos e influentes’, como ele pontua, que promoviam a vinda de ‘ilustres sambistas cariocas’ a cidade, sendo esses os verdadeiros responsáveis pela presença do samba no carnaval da capital pernambucana. O intelectual se negava a acreditar que o sucesso alcançado por essas praticas culturais estava associada à ação do ‘povo pernambucano’.

Por sua vez, Mário Melo notava certa falta de interesse dos vereadores em preservar a cultura local, estando esses preocupados com questões eleitoreiras, visto que as escolas de samba representavam um grande conglomerado de clientelismo. Para Melo se o poder legislativo fosse composto por sujeitos realmente preocupados em manter a “tradição” carnavalesca da cidade, não pensariam duas vezes em reorganizar e corrigir o erro cometido ao oficializar as escolas de samba no Carnaval de Recife, asfixiando tradições. (FOLHA DA MANHÃ, 12/01/1956, p.4)

### **Considerações Finais**

Pesquisar sobre o carnaval é, antes de tudo, trabalhar com um produto cultural plural. O modo de brincar transpassa cada sujeito histórico de modo diferente, tornando impossível o conhecimento de todos os significados que cada folião atribuiu aos dias do momo dentro do recorte estabelecido (1950-1960). Desde a elaboração da presente proposta busquei trabalhar com a lógica do “não julgamento” inerente ao historiador natural, estabelecer tal proposta dentro da discussão levantada pelos intelectuais de criticar a presença das escolas de samba nos dias gordos do Recife foi uma meta estabelecida que espero ter cumprido ao menos boa parte. Busquei interpretar o sentido de tradição que estavam defendendo quando verbalizaram alguns discursos nos jornais da época,.

A busca por tornar mais inteligíveis as batalhas travadas cotidianamente entre os projetos de controle simbólico sobre a festa, entra como ponto norteador para o seguimento deste escrito. Dando espaço para evidenciar que as festividades carnavalescas, por muitas análises vista como um momento de extrema alegria e pacificidade entre os sujeitos, na verdade se mostra, a partir dos fios históricos que tentei trabalhar, como um espaço de constantes disputas. Disputa por: espaços na cidade, construção e legitimação de uma tradição. Tudo isso por meio das palavras, tal território legitimava e dava peso as “verdades” proferidas pelos intelectuais.

A construção do que se queria mostrar enquanto “terra do frevo” perpassa pela construção de uma tradição que renegava outras memórias. É papel do historiador mexer com o que foi proposto e tido como natural, para entender as demais facetas de determinado sujeito histórico. Entendo que o viés da exclusividade e singularidade acaba sendo um meio reducionista que “mata” outras produções consideradas estrangeiras desvirtuadoras de uma cultura local.

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Um morto vestido para um ato inaugural": procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

\_\_\_\_\_. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. 4. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Festas: Máscaras do Tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife, Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1996.

CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano: I Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 38, 1994.

CAPONE, Stefania. A Construção da África no Candomblé. Rio de Janeiro: Contracapa/Pallas, 2004. CUNHA, Fabiana Lopes da. Da Marginalidade ao estrelato. O Samba na construção da Nacionalidade (1917 – 1945). São Paulo: Annablume, 2004.

DEULEUZE, Guilles. Conversações. Rio de Janeiro. Ed: 34, p. 151, 1992.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

FERRO, Marc. História Vigiada. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”, In: Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUILLEN, Isabel C. M. Maracatus-nação entre os modernistas e a tradição: discutindo mediações culturais no Recife dos anos de 1930 e 1940. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE). Recife, v. 01, n.21, p. 107-135, 2003.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs). A Invenção das Tradições. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Entre Pernambuco e África. História dos Maracatusnação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960 – 2000). Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História, Metodologia, Memória. São Paulo. Editora: Contexto, 2010.

SILVA, Augusto Neves da. “Quem gosta de samba bom pernambucano não é?” (1955-1972). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE. 2011.

\_\_\_\_\_. E o Recife sambou.

SILVA, Augusto Neves da. Debate Historiográfico sobre as escolas de samba no Recife (1955-1970). Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Recife: UFPE, 2009.

SILVA, Leonardo Dantas. Carnaval do Recife. Recife: Prefeitura de Recife, 2000.

SILVA, Leonardo Dantas. (Introdução. Antologia do Carnaval em Recife. Mario Souto Maior e Leonardo Dantas Silva (Org), Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991.

REAL, Katarina. O folclore no carnaval do Recife. 2. Ed. ver e aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

VOUVELLE, Michel. Os intermediários Culturais, In: Ideologias e Mentalidades. Tradução da Maria Julia Cattvasser. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 207-239, 1991.

**FONTES DOCUMENTAIS**

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

**Periódicos utilizados**

*Correio do Povo*: janeiro de 1956

*Jornal da Manhã*: janeiro de 1956

*Jornal do Commercio*: janeiro e fevereiro de 1956

**Leis e Decretos de Leis utilizados**

*Lei N° 3.346/55*